UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES

JOSÉ FÉLIX MAUSSE

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A LUTA DO MOVIMENTO UNIÃO DOS ESTUDANTES MALÊS NA UNILAB (CAMPUS DOS MALÊS/BA)

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2024

JOSÉ FÉLIX MAUSSE

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A LUTA DO MOVIMENTO UNIÃO DOS ESTUDANTES MALÊS NA UNILAB (CAMPUS DOS MALÊS/BA)

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Zelinda dos Santos Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE
2024

JOSÉ FÉLIX MAUSSE

POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: A LUTA DO MOVIMENTO UNIÃO DOS ESTUDANTES MALÊS NA UNILAB (CAMPUS DOS MALÊS/BA)

Projeto de Pesquisa apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso ao Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Humanidades.

Aprovado em: 21/11/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.ª Dr.ª Zelinda dos Santos Barros (Orientadora)
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

Prof.ª Dr.ª Eliane Costa Santos
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

Prof. Dr. Marlon Marcos Vieira Passos
Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	5
2	**PROBLEMA OU QUESTÃO NORTEADORA**	8
3	**OBJETIVOS**	8
3.1	GERAL	8
3.2	ESPECÍFICOS	8
4	**JUSTIFICATIVA**	8
5	**REFERENCIAL TEÓRICO**	12
6	**METODOLOGIA**	15
7	**CRONOGRAMA**	17
	REFERÊNCIAS	18
	APÊNDICE	20

1 INTRODUÇÃO

Este projeto de pesquisa visa investigar como o Movimento União dos Estudantes Malês (UEM) emergiu como resposta às falhas na implementação da política de assistência estudantil da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), mobilizando a comunidade estudantil e negociando com a administração para melhorar as condições de permanência no campus.

O Campus dos Malês da UNILAB, localizado em São Francisco do Conde (BA), atua na formação de estudantes brasileiros que ingressam por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação, e editais internacionais, oriundos de nações que integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Moçambique e Timor Leste. As atividades acadêmicas do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), localizado no município de São Francisco do Conde, no estado da Bahia, iniciaram em fevereiro de 2013, com a aula inaugural dos cursos de graduação e pós-graduação à distância. No local, funciona um polo de apoio presencial dos cursos EAD. Em maio de 2014, tiveram início as atividades dos cursos presenciais e as ações nas áreas de pesquisa e extensão.

O ingresso dos estudantes internacionais acontece por meio de um processo seletivo de estudantes estrangeiros (PSEE). O Campus dos Malês possui 6(seis) cursos de graduação. Para os estudantes brasileiros no SISU, aparecem as seguintes opções de cursos: História (Licenciatura); Letras - Língua Portuguesa (Licenciatura); Relações Internacionais (Bacharelado); e Humanidades 1° ciclo (Bacharelado). Os graduados em Bacharelado de Humanidades podem optar por fazer, ainda, o segundo ciclo nos seguintes cursos: Pedagogia (Licenciatura) e Ciências Sociais (Licenciatura). Na pós-graduação, o Campus dos Malês possui o Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África.

Desde a sua inauguração em 2013, o Campus dos Malês tem enfrentado desafios significativos relacionados à permanência estudantil. Um incidente, em 2023, em que houve a descoberta de larvas nos pratos oferecidos pelo restaurante universitário, motivou manifestações estudantis e expôs falhas nas políticas de assistência aos estudantes. Este conjunto de eventos despertou meu interesse em aprofundar o entendimento sobre como a identidade do movimento estudantil é formada, explorar as táticas e estratégias empregadas na mobilização estudantil e analisar como essas ações influenciam a implementação das políticas educacionais.

Diante do contexto desafiador enfrentado pelos estudantes no campus dos Malês, onde questões como alojamento adequado, assistência financeira e suporte psicossocial são cruciais para a manutenção e sucesso acadêmico, a atuação do movimento estudantil tornou-se um campo fértil para análise. Este estudo pretende desvendar não somente como o movimento mobiliza os estudantes e articula suas demandas frente à administração universitária, mas quais estratégias e métodos são empregados para assegurar que tais reivindicações resultem em mudanças significativas e duradouras nas políticas de permanência.

Por meio da pesquisa, pretendo descrever e analisar os métodos de mobilização e as estratégias de negociação usadas pelo **Movimento União dos Estudantes Malês (UEM)** para engajar estudantes e negociar com a administração e avaliar o impacto das ações do UEM nas políticas de permanência, focando em resultados tangíveis como melhorias da alimentação, assistência financeira e suporte psicossocial. Este movimento estudantil foi criado para reivindicar e exigir o respeito aos direitos dos estudantes, no dia 28 de agosto de 2023, quando iniciaram as manifestações e a ocupação do campus dos Malês. A emergência do UEM e suas ações foram uma resposta direta às deficiências percebidas no sistema de representação estudantil e nas políticas de permanência acadêmica. A partir deste movimento, foi evidenciada a necessidade de criação de políticas de permanência eficazes para o corpo discente. A análise desse movimento nos permitirá compreender não apenas as dinâmicas internas da luta estudantil como as interações com a administração universitária e a sociedade em geral.

A abordagem metodológica da pesquisa será de natureza mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de investigar o papel do movimento estudantil na luta pela melhoria das políticas de permanência no ensino superior no campus dos Malês. A utilização dessa metodologia mista justifica-se pela necessidade de captar tanto as percepções subjetivas dos envolvidos no movimento quanto as percepções mais amplas dos estudantes do campus. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com membros ativos do movimento estudantil, permitindo explorar as motivações, percepções e os desafios enfrentados pelos estudantes que lideram a mobilização. A pesquisa será complementada pela análise de documentos do movimento, incluindo atas de reuniões, manifestos e publicações em redes sociais, com o intuito de compreender as estratégias de mobilização e o desenvolvimento do movimento ao longo do tempo. Com isto, espera-se identificar as dinâmicas internas do grupo e as suas interações com outras entidades, como sindicatos, ONGs e organizações estudantis de outras regiões.

Em paralelo, será realizada a aplicação de questionários estruturados aos estudantes do campus dos Malês. O objetivo é medir a percepção dos estudantes sobre o impacto das ações do movimento nas políticas de permanência, como o acesso a bolsas de estudo, assistência psicológica e apoio acadêmico. A aplicação desses questionários permitirá recolher dados quantitativos que serão analisados para identificar padrões e tendências nas respostas dos estudantes, fornecendo uma visão mais ampla e representativa sobre a eficácia percebida das iniciativas do movimento estudantil.

A participação ativa do investigador nas atividades do movimento, como reuniões e eventos, será fundamental para uma análise mais aprofundada das suas dinâmicas internas. Esse envolvimento permitirá ao pesquisador uma observação direta das interações entre os membros e com entidades externas, proporcionando uma visão privilegiada do funcionamento e das estratégias do movimento.

A combinação de métodos qualitativos e quantitativos será essencial para uma análise abrangente e robusta do objeto de estudo. Enquanto a análise qualitativa proporcionará uma compreensão detalhada das motivações e dinâmicas do movimento estudantil, a análise quantitativa oferecerá uma visão geral e mensurável sobre a percepção dos estudantes acerca das mudanças provocadas pelas ações do movimento. Dessa forma, a abordagem mista permitirá uma compreensão mais completa e aprofundada do papel do movimento estudantil na luta pela permanência no ensino superior.

Investigar o papel do movimento estudantil e a luta pela melhoria das políticas de permanência no ensino superior é de extrema relevância, tanto social quanto acadêmica. A permanência no ensino superior é um desafio significativo para muitos estudantes, especialmente em regiões onde o acesso à educação de qualidade é limitado. Estudar o movimento estudantil em um contexto específico, como o campus dos Malês, pode fornecer conhecimentos valiosos sobre estratégias de defesa e mobilização social. Compreender as demandas e desafios específicos enfrentados pelos estudantes neste contexto específico é fundamental para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas.

Com a análise das táticas de luta, negociação e diálogo adotado pelo movimento, assim como os desafios e obstáculos encontrados neste processo, a pesquisa visa contribuir com *insights* valiosos sobre a eficácia do ativismo estudantil como indutor de transformações sociais e institucionais no ensino superior.

2 PROBLEMA OU QUESTÃO NORTEADORA

Como o Movimento União dos Estudantes Malês (UEM) mobiliza e engaja estudantes na negociação com a administração para melhorar as políticas de permanência estudantil na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), e quais resultados essas estratégias têm alcançado?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

Descrever e analisar o processo de mobilização, as estratégias de negociação e os resultados alcançados pelo Movimento União dos Estudantes Malês (UEM) ao engajar estudantes e negociar com a administração na luta por melhoria das políticas de permanência estudantil.

3.2 ESPECÍFICOS

- Mapear e descrever as demandas e pautas do Movimento União dos Estudantes Malês;
- Analisar as estratégias de mobilização e negociação empregadas pelo Movimento UEM;
- Evidenciar como as ações do Movimento UEM repercutiram no cotidiano do campus dos Malês e seus principais atores (estudantes, corpo docente, funcionários técnico-administrativos e terceirizados);
- Avaliar os desdobramentos das ações do Movimento UEM nas políticas de permanência estudantil da UNILAB.

4 JUSTIFICATIVA

A proposta de pesquisa em discussão tem como foco principal descrever e analisar o processo de mobilização, as estratégias de negociação e os resultados alcançados pelo

Movimento União dos Estudantes Malês (UEM) ao engajar estudantes e negociar com a administração na luta por melhoria das políticas de permanência estudantil. Esta investigação é especialmente relevante tanto do ponto de vista social quanto acadêmico, uma vez que explora as interações dinâmicas entre o movimento estudantil e as políticas de permanência estudantil num contexto onde a oferta de educação de qualidade é frequentemente um desafio.

O campus dos Malês, palco dessas mobilizações, oferece um cenário único para entender como as estratégias de defesa e mobilização social dos estudantes podem impactar diretamente as políticas institucionais, o entendimento das especificidades e desafios enfrentados pelos estudantes neste contexto é crucial para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes e inclusivas. Em relação aos atos estudantis anteriores aos de 2023, já houve protestos, clamores que culminaram numa ocupação no ano de 2019, num episódio que marcou a luta pelos direitos e igualdade de oportunidades para pessoas LGBTQI+, quilombolas e indígenas em nossa comunidade educacional. Naquele ano, o cancelamento do Edital nº 25/2019 foi o estopim para uma série de acontecimentos que destacavam a resistência e a determinação dos estudantes em busca de justiça e inclusão.[1]

A decisão de cancelar o Edital, que beneficiaria pessoas LGBTQI+, quilombolas e indígenas, provocou uma reação imediata por parte dos estudantes, que decidiram ocupar o espaço acadêmico, exigindo a reabertura do processo seletivo e o respeito pelos direitos daqueles que historicamente foram marginalizados. A ocupação foi, ao mesmo tempo, um protesto e uma demonstração de união entre todas as categorias envolvidas na comunidade educacional. Estudantes, docentes, técnicos administrativos e membros da comunidade LGBTQI+ se uniram numa assembleia geral, onde compartilharam suas preocupações, discutiram estratégias e refletiram sobre suas demandas.

Diante da falta de resposta das autoridades locais, uma delegação incluindo representantes de todas as categorias presentes na assembleia foi formada. Esta delegação viajou até ao Ceará com a esperança de se reunir com o reitor e encontrar uma solução para a situação. Apesar de seus esforços e da importância do assunto em discussão, foram recebidos com indiferença, o que gerou um profundo constrangimento entre todos os envolvidos. Esse evento não apenas ilustra a persistência e a determinação das pessoas envolvidas na luta pelos direitos humanos e igualdade, como também destaca a necessidade contínua de sensibilização e educação em nossa sociedade.

---

[1] Edital nº 25/2019, de 02 de julho de 2019. Processo seletivo específico para quilombolas e indígenas. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/indigenas-quilombolas.

A ocupação e a subsequente falta de resposta mostraram que ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que todos tenham acesso igualitário à educação e às oportunidades. Este episódio serviu como um lembrete poderoso de que a luta pela justiça social e igualdade não é fácil, mas é essencial. O movimento em prol do Edital nº 25/2019 não teve uma visibilidade viral como o movimento de 2023, que ocupou o Campus durante 15 dias. As informações sobre o movimento viralizaram na cidade de São Francisco do Conde, nas mídias, nas redes sociais e até em alguns estados do Brasil. Tais manifestos e protestos que levaram à ocupação do Campus devem-se ao clamor, ao grito de socorro do corpo discente exigindo melhoria da infraestrutura, que inclui a falta de docentes, problemas de auxílio para instalação, acompanhamento de saúde e problemas relacionados à alimentação, que foram o ponto mais focal da criação do movimento.

O surgimento do movimento União dos Estudantes Malês (UEM) representa uma resposta fundamental à falta de representatividade do Diretório Central dos Estudantes (DCE) na universidade. A ausência de um DCE efetivo e atuante pode ter sido um dos fatores primordiais para a formação desse movimento, pois os estudantes não encontravam uma representação oficial que pudesse articular suas demandas de maneira eficaz junto à administração da universidade. A UEM, ao ocupar esse espaço vazio, demonstrou a importância da representatividade estudantil e evidenciou a necessidade de um órgão que não apenas defendesse os interesses dos estudantes, como também agisse prontamente em situações de crise devido à falta de infraestrutura básica, como o acesso à alimentação. Essa mobilização colocou em destaque a urgência de uma representação estudantil mais sólida e inclusiva dentro do ambiente acadêmico para atender às necessidades imediatas e representar os interesses dos estudantes de forma efetiva.

Este estudo visa preencher uma lacuna importante na literatura existente, que geralmente foca em movimentos estudantis como catalisadores de mudanças políticas e sociais em larga escala, mas raramente analisa como esses movimentos afetam diretamente a vida acadêmica e pessoal dos estudantes dentro de suas instituições:

> Os movimentos estudantis têm historicamente desempenhado um papel relevante como catalisadores de mudanças sociais e políticas, particularmente em períodos de crise ou de transformação no cenário político nacional. Contudo, a maior parte dessas análises concentra-se nos efeitos macrossociais, relegando a um segundo plano os impactos diretos que essas mobilizações podem ter no cotidiano dos estudantes e nas suas instituições de ensino (Gohn, 2011, p. 74).

Por meio da análise de protestos e negociações liderados pelo Movimento União dos Estudantes Malês, que resultaram em mudanças significativas no serviço do Restaurante Universitário, melhoria do conforto térmico nas salas de aulas e a retomada da construção dos prédios próprios do campus2, este projeto oferece uma perspectiva aprofundada sobre as dinâmicas de atuação estudantil e seus impactos tangíveis.

Além de contribuir para o campo de estudos sobre movimentos sociais e Educação, ao fornecer insights sobre a incidência da ação dos movimentos estudantis nas políticas de permanência, os resultados gerados a partir o desenvolvimento deste projeto de pesquisa poderão subsidiar a formulação de políticas mais inclusivas e eficazes na UNILAB. Conhecer o movimento estudantil e sua luta pela melhoria da política de permanência dos estudantes do campus dos Malês permitirá a produção de conhecimentos cruciais para formuladores de políticas públicas, como as instituições de ensino superior e as organizações não governamentais.

A compreensão aprofundada das necessidades dos estudantes e das barreiras enfrentadas por eles podem orientar a criação de políticas mais sensíveis e eficazes, contribuindo assim para a promoção da igualdade de acesso à educação no nível superior. Embora existam estudos sobre movimentos estudantis e políticas de permanência no ensino superior, falta conhecimento específico em relação ao contexto do campus dos Malês, que faz parte de uma universidade internacional que possui um projeto institucional *sui generis*, intimamente relacionado ao contexto de implementação de políticas de ação afirmativa no ensino superior. Este projeto visa preencher essa lacuna, fornecendo uma análise aprofundada e detalhada das estratégias adotadas pelo movimento estudantil neste ambiente específico contribuindo, assim, para o campo de estudos sobre o tema.

Em resumo, este projeto não apenas se insere em um contexto crucial para o desenvolvimento social e acadêmico, pretende gerar impactos significativos, informando políticas públicas, incentivando a participação cidadã e ampliando a compreensão sobre as dinâmicas efetivas dos movimentos estudantis em prol da melhoria das políticas de permanência no ensino superior.

[2] As principais atividades do campus dos Malês são desenvolvidas num prédio cedido pela Prefeitura de São Francisco do Conde, onde originalmente funcionava uma escola da educação básica.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

As estratégias de mobilização do Movimento União dos Estudantes Malês (UEM), os desafios enfrentados e os impactos de suas ações no processo de democratização do ensino superior serão analisados a partir dos conceitos de "práxis social", "política de permanência" e "ação afirmativa". Esses conceitos são essenciais para compreender como o movimento articula suas reivindicações e negocia suas demandas em um contexto educacional marcado por desigualdades históricas. A análise terá como base o movimento estudantil no Brasil, destacando sua relevância na conquista de direitos educacionais e situando neste cenário, com foco nas contribuições de Abdias do Nascimento, uma figura central no pensamento negro brasileiro. A perspectiva afrocentrada utilizada nesta pesquisa coloca a experiência negra no centro da análise.

O conceito de "práxis social" é central para entender a atuação da UEM, especialmente no que se refere à luta por permanência estudantil no ensino superior. Sánchez Vásquez (2011) define práxis social como uma prática coletiva, reflexiva e intencional, orientada à transformação da realidade. No caso da UEM, essa práxis se materializa na reivindicação por políticas inclusivas de assistência estudantil, com o objetivo de garantir a permanência de estudantes negros, indígenas e de baixa renda no Campus dos Malês, além de fiscalizar a implementação dessas políticas. A práxis do UEM está enraizada na tradição de luta do movimento negro no Brasil, como discutido por Abdias do Nascimento ao argumentar que, historicamente, a educação no Brasil serviu como um instrumento de exclusão e manutenção do status quo, reproduzindo desigualdades raciais e sociais (Nascimento, 1980).

Abdias do Nascimento (1980) discute a educação como um campo crucial de batalha na luta contra o Racismo estrututural em suas obras. Em o Genocídio do Negro Brasileiro, Nascimento afirma que “a educação no Brasil tem sido um instrumento de exclusão, servindo para manter o status quo e reproduzir as desigualdades raciais e sociais”. (Nascimento, 1980, p. 78). Essas ideias são cruciais para entender a luta do UEM, que busca reverter práticas históricas de exclusão por meio de políticas de permanência que garantam que os estudantes negros, indígenas e de baixa renda possam completar seus estudos com sucesso.

A práxis social, conforme Paulo Freire, entende a práxis em sua amplitude. Não a reduz somente à prática social, pois se trata de uma categoria totalizante e ativa que, além de incluir o contexto social, contempla as práticas econômicas, políticas, ideológicas e teóricas. Nesse sentido, Freire não a entende como categoria inerte, exânime, desvanecida do real e inconsciente. Freire (1978) e Abdias do Nascimento (1978) defendem que a ação afirmativa

deve incluir mudanças estruturais profundas para corrigir desigualdades históricas. Em A educação e a liberdade, ele defende que “a ação afirmativa deve ser entendida não apenas como uma política de inclusão, mas como um mecanismo para reestruturar as instituições e corrigir as desigualdades históricas”. (Nascimento, 1978, p. 102). Essa visão é essencial para compreender a atuação do UEM, que reivindica políticas de permanência como parte de luta mais ampla por justiça social e transformação das estruturas educacionais.

O conceito de “permanência estudantil, refere-se a garantir não apenas o acesso dos estudantes ao ensino superior, mas também o suporte necessário para que eles possam concluir seus estudos com sucesso”. (Zago, 2006, p. 89). Santos (2009) complementa com a ideia de “permanência simbólica”, que se refere à identificação e pertencimento dos estudantes no espaço universitário. “A permanência simbólica é fundamental para que os estudantes se aintam parte do ambiente universitário, o que é essencial para o seu sucesso académico”. (Santos, 2009, p. 134)

Trindade (2011) observa que o movimento estudantil em regiões marginalizadas, como o Campus dos Malês, reflete a luta contra a exclusão e a miséria, enquanto Mesquita (2003) reforça a necessidade de reconhecer a pluralidade e a diversidade dos grupos que compõem esses movimentos. O UEM exemplifica essa diversidade ao articular demandas variadas, desde a sobrevivência acadêmica até direitos específicos para estudantes historicamente excluídos. Boutini e Flachi (2017) destacam que as políticas de permanência estudantil resultam de uma longa luta histórica, na qual os estudantes desempenharam papel crucial. Kowalski (2012) acrescenta que no Brasil, essas políticas se articulam com ações afirmativas, como cotas raciais, e assistência estudantil, que abrange desde apoio financeiro até suporte psicológico. No contexto do Campus dos Malês, essas políticas são vitais, pois a maioria dos estudantes é negra e de baixa renda.

Gomes (2005) argumenta que políticas de ação afirmativa e de assistência estudantil devem ser complementadas por políticas de permanência, que assegurem condições adequadas para a continuidade dos estudos. A luta do UEM por essas políticas se insere em uma disputa por poder, no sentido de afirmar identidades e resistir às imposições de uma sociedade excludente, ressoando com a práxis social de Nascimento. A análise do UEM à luz do pensamento de Abdias do Nascimento revela uma luta que vai além da inclusão material, englobando também a permanência simbólica dos estudantes negros. Para Nascimento, a educação deve ser um espaço de resistência e transformação social, o que o UEM adota como premissa ao pressionar pela ampliação das políticas de assistência e pela criação de espaços de representatividade.

As políticas de ação afirmativa no Brasil, como as cotas raciais e sociais, desempenham um papel crucial na democratização do acesso ao ensino superior para estudantes negros, indígenas e de baixa renda. Desde sua implementação, essas políticas têm aberto portas que historicamente foram fechadas para grupos marginalizados, oferecendo oportunidades de ascensão educacional que antes eram privilégio das elites. No entanto, como apontam Silva e Oliveira (2022), o acesso ao ensino superior não garante, por si só, a equidade. Para que a inclusão seja efetiva, essas ações precisam ser acompanhadas de mecanismos sólidos de permanência, capazes de sustentar os estudantes ao longo de suas trajetórias acadêmicas. A ausência de políticas adequadas de permanência pode levar à evasão de estudantes que, embora tenham conquistado o acesso à universidade, enfrentam enormes dificuldades para permanecer.

De acordo com Kowalski (2012), as políticas de permanência estudantil têm como objetivo garantir que estudantes de baixa renda e outros grupos marginalizados tenham condições de concluir seus cursos de graduação. Entretanto, essas políticas frequentemente se limitam a auxílios financeiros, sem considerar outras dimensões da vida acadêmica, como a criação de um ambiente que promova a inclusão social e cultural.

A resistência institucional impede a implementação de mudanças estruturais profundas, como a ampliação dos auxílios e a melhoria das condições de permanência. Além disso, a escassez de recursos públicos destinados à educação agrava a situação, especialmente em regiões como o Recôncavo Baiano, onde está localizado o Campus dos Malês. Trindade (2011) observa que movimentos estudantis em áreas historicamente marginalizadas enfrentam desafios adicionais, como a dependência econômica e social, limitando a efetividade das políticas públicas de permanência.

Entretanto, os obstáculos que impedem ou dificultam a implementação de políticas de permanência estudantil não se restringem apenas à esfera econômica ou institucional. Existe também uma dimensão política e ideológica, que envolve a resistência das próprias universidades em reconhecer como legítimas e urgentes as demandas dos estudantes negros e de baixa renda. As universidades brasileiras, em sua maioria, ainda reproduzem estruturas de poder e privilégio que favorecem certos grupos em detrimento de outros. Nascimento (1980) afirma que "o movimento negro não luta apenas por inclusão, mas por uma redefinição das estruturas de poder que historicamente nos excluíram". Nesse sentido, ao exigir políticas de permanência, o movimento estudantil questiona o papel da universidade como reprodutora de desigualdades raciais e sociais, propondo uma nova visão de educação, mais inclusiva e emancipadora. As políticas de ação afirmativa, essenciais para a construção de um sistema

educacional mais justo e inclusivo, precisam ir além do simples acesso à universidade; devem garantir que os estudantes tenham condições adequadas para se desenvolverem academicamente, socialmente e pessoalmente.

6 METODOLOGIA

Esta pesquisa, de natureza qualitativa e participativa, utilizará entrevistas e observação direta no campo para investigar o movimento estudantil e suas estratégias na busca por avanços na luta pela melhoria das políticas de permanência no ensino superior. O estudo se concentrará especificamente no campus dos Malês, com o objetivo de compreender de uma forma imersiva as dinâmicas e as percepções dos participantes. Através deste enfoque, pretende-se não apenas observar, mas também engajar-se e interagir com o contexto e os indivíduos em estudo, promovendo uma compreensão integral e engajada dos temas abordados. Serão adotados como critérios de inclusão na amostra indivíduos com idades entre 18 e 35 anos, de ambos os gêneros (masculino e feminino), com matrícula ativa no campus dos Malês durante a mobilização de 2023, membros do movimento estudantil.

Serão conduzidas entrevistas semiestruturadas com estudantes, membros do movimento estudantil e representantes das instituições envolvidas nas políticas de permanência. Quanto ao número de entrevistas, prevê-se a condução de entrevistas com aproximadamente 15 a 20 participantes, entre membros do movimento estudantil, estudantes e representantes das instituições. Esse número foi definido com base na saturação teórica, um critério comum em pesquisas qualitativas, em que a coleta de dados é interrompida quando novas entrevistas deixam de agregar informações novas ou relevantes para o estudo. Caso seja necessário, esse número poderá ser ajustado conforme a saturação for atingida no decorrer das entrevistas.

Os critérios para definição do tamanho da amostra consideram a diversidade entre os participantes, garantindo a inclusão de membros de diferentes cursos, níveis de envolvimento com o movimento estudantil, e de diferentes papéis nas negociações com a instituição. Essa heterogeneidade na amostra visa capturar uma ampla gama de perspectivas sobre as políticas de permanência e as mobilizações estudantis. O número previsto de 15 a 20 entrevistas para esta pesquisa foi definido com base no conceito de saturação teórica, conforme discutido por Glaser e Strauss (1967). A saturação teórica indica o ponto em que novas entrevistas não oferecem informações adicionais relevantes para o estudo, permitindo a interrupção da coleta

de dados. A inclusão de uma amostra diversificada é essencial para capturar uma ampla gama de perspectivas, o que é consistentemente defendido por Strauss e Corbin (1990) como um aspecto crítico para garantir a robustez dos achados.

As entrevistas serão gravadas e transcritas para análise. A literatura acadêmica destaca várias vantagens desse tipo de entrevista. Primeiramente, a natureza semiestruturada das entrevistas facilita a adaptação e aprofundamento das questões baseadas nas respostas dos entrevistados, o que pode revelar novas direções de investigação ou esclarecer aspectos complexos do fenômeno estudado (Kallio; Pietila; Johnson; Angasniemi, 2016). Essa flexibilidade é particularmente valiosa ao explorar áreas com dinâmicas complexas e variadas, como é o caso dos movimentos estudantis e das políticas de permanência no ensino superior.

Além disso, as entrevistas semiestruturadas contribuem para o estabelecimento de uma relação mais próxima entre o pesquisador e o entrevistado, criando um ambiente propício à expressão de experiências pessoais e opiniões sinceras, o que enriquece a qualidade dos dados coletados (Braun; Clarke, 2013). A possibilidade de gravar e transcrever as entrevistas é crucial para garantir a fidelidade das informações obtidas e facilitar uma análise detalhada posterior, permitindo uma imersão profunda nos dados e a identificação de padrões, temas e nuances importantes para a compreensão das políticas de permanência e da atuação do movimento estudantil.

A análise do material empírico será realizada utilizando técnicas de codificação temática que consiste em analisar dados qualitativos em pesquisas, especialmente em estudos que envolvem entrevistas, grupos focais, análise de conteúdo de documentos, entre outros tipos de informações textuais. A codificação temática é um processo que ajuda a identificar, analisar e interpretar padrões ou temas nos dados. E esses dados das entrevistas e observações de campo serão codificados e categorizados em temas relacionados ao movimento estudantil, suas demandas, estratégias e desafios.

Segundo Souza (2019), o processo de Análise Temática começa quando o pesquisador procurar, nos dados, por padrões de significados e questões de possível interesse à pesquisa. Isso já pode ocorrer, inclusive, durante a coleta de dados, na condução de entrevista ou grupo focal. A análise envolve um vaivém constante entre o banco de dados, os trechos codificados e a análise dos dados que se está produzindo a partir destes trechos. O processo termina com o relatório dos padrões (temas) nos dados. Esta estrutura está presente em boas técnicas de análise de dados qualitativos, bastante comuns na literatura. Será feita a triangulação dos dados obtidos nas entrevistas e na pesquisa de campo para garantir a validade e confiabilidade das conclusões, visando obter uma compreensão abrangente e aprofundada por meio da

combinação de diferentes fontes de informação e métodos de coleta. Isso inclui entrevistas com estudantes e líderes do movimento, análise de documentos do movimento estudantil, dados estatísticos sobre permanência e evasão escolar, observação participante em atividades do movimento e revisão da literatura.

7 CRONOGRAMA

ATIVIDADES	TCC I				TCC II				TCC III			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Revisão de literatura	X	X	X	X	X	X	X	X				
Trabalho de campo					X	X	X	X				
Sistematização do material da pesquisa							X	X				
Análise das informações								X	X	X		
Redação do TCC											X	X
Defesa do TCC												X

REFERÊNCIAS

BOUTINI, Aldimara Catarina Brito Delabona; FLACHI, Simone de Fátima. Movimento estudantil brasileiro: da formação às estratégias de luta na atualidade. *Educação e Pesquisa: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFV*, v. 8, n. 2, p. 123-140, 2017. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v8i2.882. Submetido em: 2008. Aceito em: 16 set. 2017. Publicado em: 24 set. 2017.

BRAUN, V.; CLARKE, V. *Successful Qualitative Research: A Practical Guide for Beginners*. London: Sage, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. *A descoberta da teoria fundamentada: Estratégias para a pesquisa qualitativa*. Tradução de Helena P. Pereira. São Paulo: Contexto, 2016.

GOMES, Joaquim Barbosa. A recepção do instituto de ação afirmativa pelo Direito constitucional brasileiro. In: SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 75-100.

GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

KALLIO, H.; PIETILÄ, A.-M.; JOHNSON, M.; KANGASNIEMI, M. Systematic methodological review: Developing a framework for a qualitative semi-structured interview guide. *Journal of Advanced Nursing*, v. 72, n. 12, p. 2954-2965, 2016. DOI: https://doi.org/10.1111/jon.13467.

KOWALSKI, Aline Viero. *Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 66, p. 117-149, 2003. Disponível em: http://journals.openedition.org/rccs/1151. Acesso em: 22 nov. 2023. DOI: https://doi.org/10.4000/rccs.1151.

NASCIMENTO, Abdias do. *A Educação como um Direito do Povo Negro: Escritos Sobre Educação e Políticas Afirmativas no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Universidade no Século XXI: Para uma Reforma Democrática e Emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Dyane Brito Reis. *Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa*. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. 214 f.

SÁNCHEZ, Adolfo Vásquez. *Filosofia da Práxis*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA GOMES, Lucélia Maria Lima da; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. Política de permanência na Universidade Brasileira: psicologia e Inserção Social pela Educação. *Psicologia: Teoria e Pesquisa Brasileira*, v. 38, p. 215-228, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-3772e38321.pt.

SILVA, José da; OLIVEIRA, Maria Carolina. *Ação Afirmativa e Permanência no Ensino Superior: Avanços e Desafios no Contexto Brasileiro*. Recife: UFPE, 2022.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672019000200005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2024. DOI: https://doi.org/10.36482/1809-5267.ARBP2019v71i2p.51-67.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Fundamentos da pesquisa qualitativa: Procedimentos e técnicas da teoria fundamentada*. Tradução de Maria Luiza Machado. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TRINDADE, Helgio. A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. *Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 129-164, 2011. ISSN: 0104-236X. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=574069160005. Acesso em: 21 mar. 2024.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 32, p. 45-62, maio/ago. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Você poderia descrever seu processo de envolvimento com o Movimento União Malês e como essa participação evoluiu ao longo do tempo até sua atuação atual?
2. Para você, quais são os objetivos do Movimento União Malês em relação à comunidade estudantil e à universidade?
3. Quais são os principais objetivos e demandas do Movimento em relação à política de de ação afirmativa implementada na UNILAB? Como o Movimento tem lidado com essas demandas?
4. Quais desafios você identifica no que diz respeito à permanência dos estudantes no Campus dos Malês? Como o Movimento tem lidado com esses desafios?
5. Como o Movimento busca engajar e mobilizar outros estudantes na luta por melhores condições de permanência?
6. Quais ações ou iniciativas foram realizadas pelo Movimento para promover melhorias na política de permanência?
7. Durante a implementação dessas ações, quais foram os principais obstáculos enfrentados pelo Movimento?
8. Quais avanços ou conquistas do Movimento você considera mais significativos? Como essas mudanças têm se manifestado no cotidiano dos estudantes, em termos de impacto direto na permanência e na qualidade de vida acadêmica?
9. Que melhorias você acredita que ainda são necessárias para a política de permanência no Campus dos Malês?
10. Quais são os próximos passos ou planos do Movimento União Malês em relação à melhoria da política de permanência?
11. Qual é a importância de se manter a mobilização e o engajamento dos estudantes nessa luta?
12. Como você acredita que o Movimento é percebido por outros grupos no campus? Essa percepção tem afetado suas atividades de alguma forma?
13. Como você avalia a relação entre o Movimento UEM e a administração da universidade durante os processos de negociação? Houve mudanças nesse relacionamento ao longo do tempo?
14. Quais lições ou aprendizados o Movimento União Malês obteve até agora e como isso influencia os próximos passos na luta por melhorias?
15. Existe algo mais que você gostaria de acrescentar ou compartilhar sobre sua experiência no Movimento União Malês para melhoria de permanência?